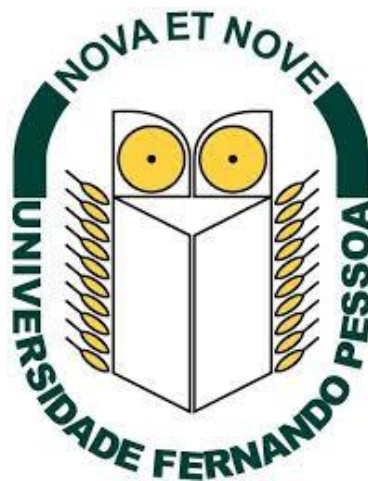


Micaela Dias Jardim

**A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das
crianças/jovens**



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2020

Micaela Dias Jardim

**A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das
crianças/jovens**



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2020

**A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das
crianças/jovens**

A aluna,

Micaela Dias Jardim

Trabalho apresentado à Universidade
Fernando Pessoa, como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de
Licenciatura em Criminologia, sob a
orientação da Professora Ana Sacau.

Resumo

O absentismo escolar é uma problemática muito complexa e que advém de diversos fatores individuais, sociais, escolares e familiares. Apesar destes fatores serem importantes para perceber a evolução e o impacto deste fenómeno, a pesquisa deste projeto incidiu nos fatores familiares, mais concretamente nas práticas educativas parentais. Em suma, pretende-se compreender que atitudes e ações apresentadas pelos encarregados de educação ou representantes legais têm efeitos negativos nas atitudes, comportamentos e ações que os respetivos menores têm na escola e de que maneira afeta o seu desempenho escolar e posteriormente desenvolvimento profissional.

Deste modo, o projeto está estruturado em duas partes. A primeira diz respeito ao enquadramento teórico fundamentado a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca do absentismo escolar e da relação existente entre o mesmo e as práticas educativas parentais. A segunda parte é dedicada ao enquadramento empírico, que consiste na idealização de um estudo que tem como objetivo estudar as crianças/jovens que têm processos abertos nos tribunais devido ao absentismo escolar e perceber quais as práticas educativas parentais utilizadas pelos encarregados de educação ou representantes legais e de que formas as mesmas influenciam o percurso escolar dos menores.

Palavras-chave: absentismo escolar; práticas educativas parentais; fatores familiares; crianças; jovens; encarregados de educação ou representantes legais.

Abstract

The scholar absenteeism is a very complex problem and that comes from several factors: individuals, social, scholar and familiar. Although the importance of these factors is essential for noticing the evolution and the impact of this phenomenon, this project focused on the familiar factors, more specifically on parenting educational practices. In short, it's intended to understand if the attitudes and activities submitted by the sponsor of education or legal representative have negatives effects on attitudes, behaviors, and actions that their minor have in school and how it affects his school performance and later professional development.

With this in mind, this project is structured in two parts:

- The first is about the theoretical framework based on bibliographic research about scholar absenteeism and the relationship between the same and the parenting educational practices.

- The second part is dedicated to the empirical framework, that consists of the idealization oh the study which objectives are: study the children/youth that have an open process on the court due to scholar absenteeism and understood which parenting educational practices used by the sponsor of education or legal representative and how they influence the scholar route of minors.

Keywords: scholar absenteeism; parenting educational practices; familiar factors; children; youth; sponsor of education; legal representative.

Dedicatórias

Aos meus pais, Elsa e Ernesto, por toda a dedicação, preocupação, encorajamento e carinho pelo meu progresso académico e profissional.

Às minhas irmãs, Rubina, Carolina e Sofia, que estiveram sempre presentes e me ajudaram a superar os momentos mais difíceis longe da família.

Aos meus tios, pela preocupação e acompanhamento ao longo destes 3 anos.

À minha tia Carla e ao Daniel por me acolheram na sua casa e me ajudaram a nível afetivo e emocional nestes anos longe dos meus pais.

À minha prima Catarina, por estar sempre disponível para ajudar e por todos os conselhos facultados.

Aos meus avós por todo o apoio, carinho, preocupação e orgulho transmitido.

Ao meu namorado Johnny, que me acompanhou ao longo deste percurso e por estado presente em todos os momentos quer tenham sido bons ou maus.

Agradecimentos

À Universidade Fernando Pessoa e a toda a comunidade pessoana por me ter acolhido tão bem ao longo destes 3 maravilhosos anos.

À professora Ana Sacau, pela dedicação, disponibilidade, apoio, orientação, conhecimento e conselhos transmitidos ao longo de todo o projeto.

Aos docentes do curso de Criminologia por todo o conhecimento transmitido nas diferentes disciplinas, pela disponibilidade e orientação ao longo destes 3 anos.

A toda a minha família por me apoiarem em todas as decisões, porque sem eles não conseguiria atingir todos os objetivos e não estaria onde estou hoje, principalmente aos meus pais por toda a dedicação e confiança que depositaram em mim e por acreditarem nas minhas capacidades.

Aos meus amigos, Margarida, Beatriz, Sr. José, João Sacramento e Eduardo que desde o início estiveram presentes e me acompanharam nesta jornada.

À minha amiga e colega de casa Cristiana, por estar sempre presente e pela companhia nos dias inteiros passados a estudar na sala.

À minha melhor amiga Filipa, por ter estado sempre disponível para me ajudar e por todos os conselhos e memórias partilhadas.

Ao meu namorado Johnny, pela paciência, motivação e dedicação, por ter estado sempre ao meu lado e por nunca me ter deixado desistir.

Índice

Resumo	i
Abstract.....	ii
Dedicatórias	iii
Agradecimentos	iv
Índice	v
Introdução.....	11
Parte I- Enquadramento Teórico.....	12
Capítulo I - Absentismo escolar	13
1.1. Diferentes caracterizações do absentismo	14
1.2. Causas e fatores	15
1.3. Incidência.....	17
1.3.1. Nível nacional.....	17
1.3.2. Nível europeu	18
1.4. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP).....	19
Capítulo II- Práticas educativas e absentismo escolar.....	22
2.1. Família	22
2.2. Práticas educativas parentais	24
2.3. Relação entre o absentismo escolar e as práticas educativas parentais	26
Parte II- Enquadramento Empírico.....	29
1.1. Metodologia.....	30
1.2. Objetivos e questões centrais	31
1.3. Caracterização dos participantes.....	32
1.4. Procedimentos.....	32
1.5. Instrumentos.....	32
1.6. Resultados esperados	34
Conclusão	36

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Bibliografia.....	37
Anexos	45

Índice de Siglas

LBSE- Lei de Bases do Sistema Educativo

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

ECMIJ- Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

CPCJ- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

ONU- Organização das Nações Unidas

PNPSE- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

Índice de Figuras

Figura 1: Taxa de abandono precoce entre 1992-2019 (Fonte: PORTADA)

Figura 2: Níveis de Intervenção (Fonte: *Leça A. et alli*, 2011)

Índice de Tabela

Tabela 1: Diminuição dos alunos retidos entre 2014-2018 (Fonte: relatório PNPSE)

Índice de Anexos

Anexo I: Requerimento ao diretor do ISS. I.P

Anexo II: Requerimento ao serviço local da Maia

Anexo III: Formulário de Consentimento Informado

Anexo IV: Plano de Calendarizações

Anexo V: Ficha de dados

Anexo VI: Requerimento ao Estabelecimento de Ensino

Anexo VII: Questionário dirigido aos encarregados de educação ou representantes legais

Anexo VIII: Questionário dirigido aos menores

Introdução

A educação é um direito constitucional de todas as sociedades e possibilita que todas as crianças frequentem gratuitamente o ensino obrigatório. É uma ferramenta fundamental para adquirir conhecimento e usufruir de melhores oportunidades de emprego. Em contrapartida, existem crianças ou jovens que perdem o interesse por não conseguirem usufruir de um bom aproveitamento escolar, o que origina falta de empenho, contribuindo para uma inadaptação escolar e posterior dificuldade de integração no meio laboral e promoção pessoal (Pérez, Jiménez e Aguirre, 2013).

O absentismo escolar caracteriza-se pela ausência física, reiterada, consecutiva e injustificada do aluno na sala de aula, existindo outras formas de assistência inconsciente e irregular dificultando todo o controlo e registo de cada aluno. É descrito como um comportamento estudantil baseado em razões físicas, psicológicas e sociais que afetam negativamente o desenvolvimento do aluno, mas também o estabelecimento de ensino e as suas famílias (Gracia, 2001; Ocak, Baysal e Ocak, 2017). Deste modo, devem ser criados mecanismos de combate ao absentismo escolar e estratégias para aumentar a produtividade e empenho dos alunos.

No decorrer do estágio curricular numa Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunais, inserida no Núcleo de Infância e Juventude, suscitou interesse em analisar este tema, porque existem muitos processos de jovens que apesar de se encontram em escolaridade obrigatória apresentam este problema.

No meu ponto de vista, é uma problemática complexa na qual deve incidir uma intervenção precoce não só por parte do estabelecimento de ensino, mas também por parte de todos as pessoas que se relacionam direta e indiretamente com o aluno, como é o caso da família. Assim, decidi incidir o meu projeto na procura de ligações entre o absentismo escolar e as práticas educativas parentais e perceber de que maneira essas práticas produzem impactos negativos no contexto escolar dos menores.

Para sustentar este estudo, primeiramente será apresentado um enquadramento teórico sobre o absentismo escolar e as práticas educativas parentais e forma como estes se relacionam. Posteriormente, será descrito o enquadramento empírico, uma hipótese de estudo que poderia ser realizada para averiguar e encontrar mecanismos para ultrapassar esta problemática.

Parte I- Enquadramento Teórico

Capítulo I - Absentismo escolar

Segundo Villodres (2010, p.2), o absentismo escolar caracteriza-se por uma “ausência esporádica, frequente ou total não justificada de uma criança ou jovem na escola, que esteja em idade obrigatória, quer seja por vontade própria, dos seus pais, tutores ou responsáveis legais”. No entanto, dada a complexidade, multiplicidade e ambiguidade do tema, são múltiplas as definições e interpretações que podemos encontrar na literatura.

Deste modo, o absentismo pode ser caracterizado como um fenómeno oscilante, heterogéneo e de carácter dinâmico. É a forma que os menores têm de resistir ao ambiente escolar, pois depende de modo como cada um interage com os professores, os colegas e as normas existentes em cada estabelecimento de ensino (Rué, 2003).

Em geral, baseia-se no total de dias de aulas perdidas, incluindo as ausências justificadas e as injustificadas, sendo uma problemática muito presente nos dias que correm (Balfanze e Byrnes, 2012). Constitui, ainda, uma forma de inadaptação escolar, a qual abrange duas vertentes, “a vertente educativa, na medida em que os alunos que faltam contribuem para o declínio da sua formação e, a vertente social, pois afetará as suas possibilidades de promoção pessoal e profissional” (González, 2005, p.1).

Como se trata de um fenómeno complexo que se pode manifestar de diversos modos e estar associado a diferentes fatores de carácter individual, social, familiar e escolar, pode provocar dificuldades de aprendizagem, integração e comunicação na infância. Já na adolescência, pode criar complicações ao nível da construção pessoal, laboral, social e cultural do jovem (Arribas, 2007).

Para compreender o processo de absentismo, temos de perceber as suas fases. Villodres (2010), menciona quatro, sendo que a primeira fase denominada de euforia, caracteriza-se pelo entusiasmo que o aluno sente pelo curso em que está matriculado. No entanto, com o decorrer do tempo, o jovem sente-se desiludido pois, as expetativas que tinha não se verificaram (estagnação) conduzindo-o à deceção (frustração), originando problemas emocionais, físicos e comportamentais (apatia/inatividade).

A Fundação Canaria, Centro de Atención de la Familia, 2002 *cit in* Rey (2012), identifica seis elementos que constituem o absentismo escolar, como a ausência física ou psíquica do aluno na sala de aula (comportamento), as faltas sistemáticas (frequência), as causas e

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

os fatores que contribuem para o absentismo (motivos), a noção que a criança ou jovem tem das suas atitudes (intenção), a forma ativa ou passiva do aluno que caracteriza este fenómeno (atitude) e a espontaneidade que o indivíduo tem para se ausentar das aulas, sem ser influenciado (voluntariedade).

Já Encarnación, 2009 *cit in* Monteiro, 2014, identifica 3 tipos de absentismo: elevado (faltas superiores a 50%), médio (faltas entre 25% a 50%) e baixo (faltas inferiores a 25%).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a Agenda 2030, constituída por 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De entre os objetivos mencionados, destacamos o quarto objetivo, a “Educação de Qualidade”. Este objetivo indica que a educação deve ser de “livre acesso, equitativa e de qualidade”, e considera que todas as crianças, quer do sexo masculino quer do sexo feminino, terão completado o ensino primário e secundário (Nações Unidas, 2015).

Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) aprovada em 1986, estabelecia que a escolaridade obrigatória teria duração de 9 anos para todas as crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade¹. Contudo, em 2009 a lei foi alterada, indicando que a escolaridade obrigatória passaria a ter a duração de 18 anos, pretendendo-se que todos os alunos completassem o ensino secundário.

1.1. Diferentes caracterizações do absentismo

Por ser um fenómeno que se pode apresentar de diferentes formas, alguns autores identificaram diversas tipologias. Blaya, 2003 *cit in* González, 2006, fala-nos do: a) absentismo atrasado, referindo-se aos atrasos sistemáticos às primeiras aulas; b) o absentismo de interior, caracterizando a presença o aluno na aula com o único interesse de estar com o grupo de pares; c) o absentismo crónico, que caracteriza as ausências graduais que resultam em abandono escolar e, d) o absentismo coberto pelo pais, que se refere às diversas razões que levam às faltas sem nenhum tipo de preocupação por parte dos pais, o que poderá contribuir para o agravamento da situação. Lascoux (2009), menciona também os aspetos anteriores, acrescentando o e) absentismo dirigido ou seletivo, quando não comparecem a determinadas aulas devido às suas crenças religiosas ou filosóficas, como por exemplo, a disciplina de Educação Moral e Religiosa; f) o absentismo

¹ Decreto de Lei nº46/86 de 14 de outubro: secção II, subsecção I, artigo 6º, nº1 e 2.

esporádico, quando evitam certos aspetos escolares ou deixam de comparecer às aulas para se dedicarem a outro tipo de atividade e, g) o absentismo presente/ausente, quando estão fisicamente presentes na escola, mas ausentes nas aulas, utilizando técnicas para sair das salas. Por sua vez, a autora Villodres (2010), identifica também h) a descolarização, quando não se encontram matriculados em nenhum estabelecimento de ensino; i) o absentismo absoluto, quando estão matriculados mas nunca compareceram às aulas; j) o absentismo pontual ou intermitente, quando não comparecem às aulas em determinados dias ou quando têm certas disciplinas; k) o absentismo de temporada, quando não vão à escola em determinadas épocas e, l) o absentismo passivo, quando assistem às aulas, mas manifestam uma conduta de rutura no processo de aprendizagem.

1.2. Causas e fatores

De modo a compreender o que leva um aluno ao absentismo, é importante perceber que fatores de risco contribuem para tal situação. Neste sentido, é essencial ter em atenção aos fatores individuais, familiares, sociais e escolares de cada criança ou jovem.

Quanto aos **fatores individuais** é importante focar na idade, no género, no nível de capacidade e na motivação. Há estudos que afirmam que quanto mais elevada a idade de um jovem, maior propensão para faltar às aulas. Ocak, Baysal e Ocak (2017), destacam no seu estudo que os alunos do sexo masculino estão mais ausentes da escola do que os alunos do sexo feminino.

O nível de capacidade vai variando de jovem para jovem, dependendo da facilidade ou dificuldade que têm para compreender as matérias abordadas. Já a motivação relativamente às aulas, vai variando conforme os professores, a matéria abordada e a falta de interesse em participar nas aulas. Neste sentido, podem ser caracterizados fatores referentes ao jovem e à escola e fatores alusivos apenas ao indivíduo. Os primeiros caracterizam-se pela baixa relação com os professores, as más influências dos amigos e colegas, as dificuldades nos trabalhos escolares, o ritmo académico baixo, a desmotivação, desinteresse e desatenção para estudar e aprender, a falta de empenho e a oposição e resistência à escola. Relativamente aos segundos fatores, é importante evidenciar a baixa autoestima, os transtornos psíquicos/psiquiátricos, a gravidez indesejada ou o casamento precoce (Rey, 2012; Saéz, 2005; Petrus, 2009 *cit in* Garrido, Garcia e Leal, 2013).

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Apesar de já ter sido enquadrado alguns **fatores escolares** com os fatores individuais, é pertinente entender apenas aqueles que se interligam com o meio escolar. As aulas “aborrecidas”, os horários rígidos, as estratégias de ensino desadequadas, limitadas e rígidas e a falta ou inadequação de materiais didáticos que dificulta a aprendizagem. As atitudes dos professores face a certos alunos, o elevado número de alunos em cada turma que dificulta o auxílio, a exclusão de alunos com dificuldades, as interações discriminatórias e as expectativas fracassadas em relação ao curso, são alguns dos fatores que contribuem para o absentismo (Ocak, Baysal e Ocak, 2017; Aguado, 2005; González, 2006). Por sua vez, quanto aos **fatores sociais**, as condições económicas e habitacionais, os condicionamentos culturais, as minorias étnicas (cigana), a desaprovação sociofamiliar, a ausência de recursos pessoais e sociais para estimular o estudo, a estrutura familiar e o nível educativo dos progenitores, dificulta a aquisição de interesse dos jovens para com a escola (Villodres, 2010; Aguado, 2005; Racionero e Padrós, 2010).

Por fim, os **fatores familiares** como a estrutura familiar, a relação existente entre os elementos, o nível educativo dos pais e a forma de educar são importantes. Muitos destes fatores estão associados principalmente aos progenitores devido ao estilo parental, à instabilidade familiar, ao divórcio e à pressão familiar (Ocak, Baysal e Ocak, 2017). Villodres (2019), identifica 4 formas de absentismo interligado com a família, como a) o absentismo ativo, quando os jovens contribuem para a economia familiar, indo trabalhar ou ficando a cuidar dos irmãos, em vez de ir à escola; b) o absentismo passivo, quando a família não dá importância à educação, contribuindo para essa falta de interesse e participação nas aulas; c) o absentismo desenraizado, quando existem famílias com problemas relacionados com a droga e o álcool, diminuindo a capacidade de atenção para com os filhos; e, por fim, d) o absentismo nómada, quando os progenitores dedicam-se a atividades temporais como por exemplo, feirantes, e os filhos acompanham e ajudam os progenitores.

Para além disso, a precariedade, os transtornos psiquiátricos, a toxicod dependência, a negligência ou superproteção, a desestruturação familiar, a pouca valorização escolar, o autoritarismo, a mobilidade geográfica, as famílias monoparentais e o baixo nível de cultura dos progenitores aumentam o risco de absentismo dos filhos (Saéz, 2005; Racionero y Padrós, 2010).

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Estes fatores contribuem para uma imagem negativa que os menores têm de si próprios enquanto estudantes, propiciando uma inadaptação ao contexto escolar e principalmente quanto ao nível de aspirações e dos seus desempenhos. É por isso, essencial criar condições para que os jovens adquiram uma imagem positiva através de, por exemplo, o bom relacionamento com os professores e colegas e bons desempenhos escolares (Lisboa, 2010).

1.3. Incidência

1.3.1. Nível nacional:

Apesar de não existirem muitos estudos sobre o absentismo escolar em Portugal e mais concretamente sobre as suas taxas, verificamos que com o estudo que se segue, houve uma diminuição do absentismo.

Entre 2014 e 2018, foi criado o “Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar” (PNPSE), que teve como objetivo conceber planos estratégicos pensados ao nível de cada escola, de modo a melhorar as aprendizagens dos alunos. Apesar de diversos fatores de carácter interno e externo estarem subjacentes ao absentismo, a escola e os professores têm um papel importante na transmissão de conhecimentos (PNPSE). Este projeto foi implementado ao nível do ensino básico e secundário. Para a execução dos planos estratégicos, foram utilizadas “respostas organizacionais de recomposição flexível e temporária de agrupamentos internos de alunos, organização de equipas docentes e estratégias de gestão do currículo ajustadas a tais composições” (PNPSE). Neste sentido, o quadro que se segue demonstra as taxas de sucesso obtido na realização deste programa.

Alunos retidos	2014-2016	2016-2018	Diferença
Ensino básico	81 133	56 363	- 24 770
Ensino secundário	37 929	32 039	- 5 893

Tabela 1: Diminuição dos alunos retidos entre 2014-2018 (Fonte: relatório PNPSE)

Como podemos analisar, com a implementação das medidas “PAEki” (medidas aplicadas num determinado ano curricular ou de escolaridade), houve uma diminuição drástica do número de retenções principalmente do ensino básico, e das 50 escolas onde este

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

programa foi executado, os anos que mais reduziram o número de retenções foram o 2º ano (-89%), 5º ano (-96%) e 7º ano (-84%).

É de realçar neste estudo, que apesar de não abordar o absentismo escolar em questão, analisa os fatores subjacentes ao mesmo. É evidente que quanto maior for o número de reprovações, atrasos e repetências de cada aluno, vai gerando desmotivação, desinteresse e fracasso no mesmo, levando-o a adquirir atitudes e comportamentos que o guiam para o absentismo e abandono escolar. (Benavente, 1990).

1.3.2. Nível europeu:

A partir de dados retirados da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORTADA), verifica-se uma redução acentuada entre 1992-2019 dos casos de abandono precoce. No entanto, apesar dessa redução as taxas ainda são consideravelmente elevadas.

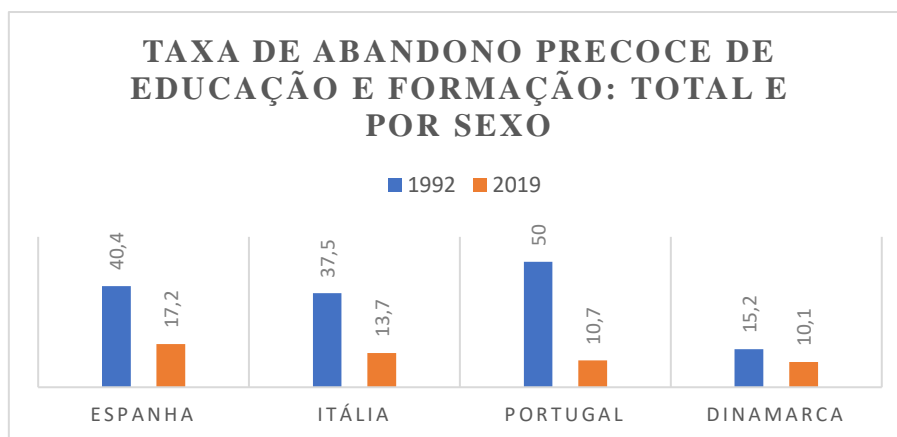


Figura 1: Taxa de abandono precoce entre 1992-2019 (Fonte: PORTADA)

É importante realçar também que apesar das reduções significativas, nestes últimos anos as descidas verificaram-se num ritmo mais lento. Os dados da Eurostat, demonstram que entre 2002-2014 houve uma redução de 17,0% para 11, 2%, relativamente a 2015-2018 que apenas transpôs de 11% para 10, 6%.

Para que as taxas continuem a reduzir, é relevante que os estabelecimentos de ensino continuem a implementar estratégias de prevenção e intervenção com os alunos absentistas e realizar reuniões com os pais desses alunos, de modo a planificar a melhor forma de converter a situação e estimular o desempenho académico dos jovens (Villodres, 2010).

1.4. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP)

Como podemos observar anteriormente, o absentismo escolar apresenta diferentes caracterizações e fatores associados ao mesmo. Neste sentido, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) foi criada com o intuito de criar estratégias de prevenção não só em relação ao absentismo escolar, mas para todas as situações de risco em que uma criança/jovem possa estar envolvida.

A LPJCP foi decretada pela Assembleia da República, nos termos da alínea c) do artigo 161º da Constituição, com o intuito de proteger os direitos de todas as crianças e jovens que residam ou se encontrem no território nacional (artigo 1º).

Os processos de promoção e proteção foram criados no âmbito do Decreto de lei nº147/99 de 1 de setembro que sofreu as devidas alterações impostas pelo Decreto de lei nº31/2003 de 22 de agosto. Esta lei tem como objetivo garantir o bem-estar e desenvolvimento integral de crianças e jovens em perigo (artigo 1º). Nestes processos, têm competência para intervir as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e os Tribunais.

Um processo de promoção e proteção é instaurado quando “os pais, representantes legais ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento ou quando esse perigo resulta na ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.” (artigo 3º, nº 1).

Segundo a LPCJP, uma criança ou jovem² em risco é aquele que se encontra (artigo 3º, nº2):

- a) “abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

² Criança ou jovem quem tenha menos de 18 anos, ou menos de 21 anos e que solicite a continuação da intervenção que foi iniciada antes de completar 18 anos (artigo 5º, alínea a).

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

- f) assume comportamentos ou se entrega a atividade ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação”.

Quando uma criança ou jovem se encontra numa das situações acima referidas e após ter sido sinalizada, a ação procede-se de acordo com um modelo de três níveis de intervenção:

- O primeiro nível é da competência das entidades em matéria de infância e juventude. Essas entidades estão relacionadas com a “saúde, educação, formação profissional e ocupação dos tempos livres”, e tem como objetivo primordial a redução do perigo em que as crianças ou jovens se encontram, garantindo a sua segurança e desenvolvimento (Maus Tratos em Crianças e Jovens, 2011). Para que estes possam intervir, necessitam do consentimento expresso “dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso” (artigo 7º) e da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos (artigo 10º, nº1).
- O segundo nível, caso não seja permitida a intervenção das entidades supramencionadas, é constituído pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, “instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos das crianças e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (artigo 12º). Caso não tenham permissão, a mesma seja retirada ou não obtenham os meios necessários para atuar, a comissão comunica a referida situação ao Ministério Público competente (Associação Promotora da Educação Social).
- O terceiro nível, cabe então à intervenção judicial (Tribunal de Família e Menores), a qual deve garantir a proteção de crianças e jovens em perigo (Maus Tratos em Crianças e Jovens, 2011). Estas apenas atuam caso não tenha sido dado consentimento às entidades anteriores para intervir, em situações na qual a medida aplicada não é considerada adequada, caso não tenha sido implementada medida nos seis meses posteriores ao conhecimento da situação ou se for

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

necessário que a criança ou jovem seja retirada (Associação Promotora da Educação Social).



Figura 2: Níveis de Intervenção (Fonte: Leça A. *et alli*, 2011)

Como já foi referido anteriormente, em última instância, cabe aos tribunais atuar de forma a salvaguardar a segurança e o bem-estar da criança ou jovem. Neste sentido, foram criadas medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo (LPCJP) que visam “afastar o perigo em que estes se encontram, proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e, garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (artigo 34º). Estas medidas, dividem-se em dois grupos. As medidas em meio natural de vida (artigo 39º e seguintes) na qual abrangem: a) “apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para autonomia de vida”. As medidas de colocação (artigo 46º e seguintes) englobam: e) “acolhimento familiar; f) acolhimento em instituição e, g) confiança a pessoa selecionada para adoção ou a instituição com vista a futura adoção” (pode ser executada em ambas as medidas).

As medidas a), b), c) e d), não podem ter duração superior a um ano, podendo ser prorrogadas até aos 18 meses caso seja aconselhável (artigo 60º). Já as medidas e) e f) têm a duração estabelecida no acordo ou na decisão judicial (artigo 61º). Apesar deste prazo, as medidas são obrigatoriamente revistas passados 6 meses, podendo ocorrer

cessação da medida, substituição por outra mais adequada, continuação ou prorrogação e verificação das condições de execução (artigo 62º).

O acompanhamento dos menores em perigo compete às equipas multidisciplinares dos sistemas de solidariedade e da segurança social, que têm como objetivos 1) o apoio técnico às decisões dos tribunais tomadas no âmbito dos processos judiciais de promoção e proteção; 2) o acompanhamento da execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção aplicadas e 3) o apoio aos menores que intervenham em processos judiciais de promoção e proteção” (artigo 7º).

As medidas são cessadas quando, decorra o respetivo prazo de duração ou eventual prorrogação, a decisão de revisão termine, seja decretada adoção, o jovem atinja a maioridade ou os 21 anos nos casos em que for solicitado ou seja proferida decisão em procedimento cível que assegure o afastamento da criança ou do jovem da situação de perigo (artigo 63º, nº1).

Capítulo II- Práticas educativas e absentismo escolar

2.1. Família

O conceito de família tem vindo a alterar-se significativamente desde a década de 50. É difícil encontrar uma definição congruente com todas as tipologias de famílias existentes na atualidade, no entanto, a família continua a ser caracterizada como uma estrutura de apoio e de influência para os filhos (Dessen, 2010).

Segundo as autoras Zamberlan e Biasoli-Alves (1997), a família é “um grupo primário mantido pelo parentesco e pelas relações interpessoais entre os familiares, as quais são sustentadas por afeição, apoio, partilha de tarefas domésticas, cuidados com a prole e cooperação mútua em várias outras atividades”. Todavia, o núcleo familiar sofreu inúmeras mudanças aos longos dos anos.

Primeiramente, nos anos 50, a família era composta apenas pelo pai, mãe e filhos. A família era dominada pelo homem, que mantinha a autoridade e trabalhava, providenciando a estabilidade económica, ao contrário da mulher que ficava em casa, tendo o papel de cuidadora da família, responsabilizando-se pela lida da casa e pela educação dos filhos (Simionato-Tozo e Biasoli-Alves, 2010).

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Entre os anos 60 e 80, começou-se a verificar algumas mudanças evidentes no seio familiar. As mulheres começaram a ter uma participação mais ativa no contexto social político e económico, mas também dentro da família evidenciando maior igualdade entre marido e mulher, pais e filhos (Dessen e Torres, 2002). Foi nesta época que surgiram vários movimentos feministas, hippies, homossexuais, entre outros, que alteraram os costumes da vida social e privada, promovendo a igualdade nas relações entre homens e mulheres e uma maior liberdade de escolha (Galano, 2010).

Alguns autores defendem que estas mudanças ficaram a dever-se a fatores como a “entrada da mulher no mercado de trabalho, a crise económica dos anos 80 e o surgimento de novos valores na criação dos filhos” (Ribeiro *et alii*, 2010). Enquanto outros, acrescentam o aparecimento da pílula anticoncepcional, o aumento do nível de escolaridade feminino, o divórcio e a redução da fecundidade e da natalidade (Petrucci, 2010).

As transformações ocorridas nos anos posteriores marcaram, nos anos 90, o aumento do surgimento de famílias monoparentais, consequência direta da subida no número de divórcios (Pereira, 2003). Houve então, uma alteração nos papéis familiares e a mulher passou a ter relevância no seio familiar. Ambos os progenitores começaram a participar na educação dos filhos e na vida doméstica, tendo também havido uma alteração relativamente à dinâmica familiar, ou seja, os progenitores deixaram de ser os únicos detentores da palavra e do poder. Nesta altura, os filhos passaram também a participar nas decisões familiares, evidenciando a importância da opinião de todos os membros familiares a um nível avançado de raciocínio moral. Estas alterações ficaram marcadas também pela alteração dos costumes, passando de uma educação coerciva, baseada na punição, para uma educação indutiva sustentada no diálogo (Cerqueira- Silva, Oliveira e Dessen, 2010; Wagner *et alii*, 2005; Holstein, 2018).

Atualmente, é evidente a existência de múltiplas conceções familiares, como mães solteiras, casais em união de facto, “casamento experimental ou convivência temporária”, casais homossexuais, casais de moram em diferentes habitações e famílias recasadas (Dessen, 2010).

Em suma, a família é um “núcleo complexo, composto por diversos subsistemas integrados e interdependentes, estando em constante evolução, alteração e adaptação,

estabelecendo uma relação bidirecional e de mútua influência no contexto onde está inserida” (Minuchin, 2010).

2.2. Práticas educativas parentais

A família e mais concretamente os pais, têm uma grande influência na vida dos filhos, inculcando valores e princípios morais essenciais para o desenvolvimento social, cognitivo e psicológico dos mesmos, de modo a adquirirem independência, autonomia e responsabilidade. Por outro lado, tentam reduzir ou impedir a prática de comportamentos inadequados ou indesejáveis por parte dos filhos (Grusec e Lytton, 2001; Mussen *et alii*, 2001; Newcombe, 2001; Salvador e Weber, 2005).

Estas interações entre pais e filhos, são conhecidas como processos de socialização e consistem no desenvolvimento de processos como a educação, formação e imitação, no qual as crianças iram aprender valores e hábitos adequados para a sociedade em que vivem (Bandura e Walters, 2005; Baumrind, 2005). A família é o principal agente de socialização na vida de uma criança, pois é desde o seu nascimento que lhes deve ser assegurado um ambiente estável e acolhedor no qual iram aprender, desenvolver e adquirir os suportes fundamentais para socializar com os outros, como professores, colegas e outros familiares (Rios-González, 2005).

A educação familiar é caracterizada por um fenómeno complexo e multifacetado, pois podem estar subjacentes aspetos pessoais (construídos a partir de experiências individuais) e aspetos culturais (valores, normas e etnias), na forma como cada progenitor educa os seus filhos (Bastos, 1991). É de realçar também fatores como história familiar (composição, número de filhos, nível de instrução e profissão), desemprego, doença, acidente, divórcio, funcionamento familiar e pertença a uma comunidade que pode motivar alterações na forma de educar (Montandon, 2005).

As atitudes e ações utilizadas pelos progenitores para educar os filhos, são denominadas de estilos parentais (“padrões relacionais que caracterizam as práticas educativas familiares”). Estão inerentes a esta relação entre pais-filhos, aspetos ambientais, históricos e culturais, mecanismos que conduzem a esses aspetos e ambientes familiares característicos da sociedade em que o indivíduo está inserido. (Maccoby e Martin, 2003; Bastos, 1991).

Neste sentido, e através do estudo de Baumrind (1971), foram identificados quatro estilos parentais utilizados. O estilo autoritário, quando os pais revelam-se muito controladores impondo regras rígidas sem se importarem em transmitir atenção e afeto aos filhos. O estilo permissivo quando os pais exercem pouco controlo sobre os filhos, mas preocupam-se e aceitam os seus desejos. O estilo *authoritative*³, quando os pais apesar de rígidos e controladores dão espaço e capacidade para os filhos demonstrarem a sua independência, mas sempre impondo regras e limites. Por fim, o estilo não envolvido, que se caracteriza pela atitude negligente ou de rejeição para com os filhos.

Enquanto os estilos parentais fornecem o contexto geral da relação entre pais e filhos, as práticas educativas são os meios pelos quais os pais socializam os resultados pretendidos e caracterizam-se por estratégias para desenvolver e adquirir disciplina, comportamentos sociais, independência, autonomia e responsabilidade nos filhos (Gomide, 2009; Darling e Steinberg, 1993). Estas estratégias têm por um lado, o intuito de alcançar um objetivo imediato de modo a transmitir uma mensagem aos filhos para que mudem o seu comportamento naquele preciso momento, e por outro lado, um objetivo a longo prazo, de modo a incutir nos jovens uma meta educativa e fazê-los perceber que o seu comportamento é errado (Rodrigo, Jansses e Ceballos, 1999). No entanto, Hoffman, (1994), afirma que as escolhas das práticas educativas variam conforme a perceção do comportamento dos jovens pelos pais.

A tipologia de práticas educativas varia entre alguns autores, sendo que alguns identificam práticas educativas positivas e negativas, enquanto outros nomeiam práticas educativas indutivas e coercivas. As positivas estão relacionadas com um estilo de educação democrático, contribuindo para um melhor relacionamento entre pais e filhos, um normal desenvolvimento do comportamento moral e pró-social, uma monitorização positiva e um bom desempenho escolar (Ferreira e Marturano, 2002; Gomide, 2011). Por sua vez, as práticas negativas incluem comportamentos parentais como negligência, monitorização negativa, autoritarismo, disciplina relaxada, abuso físico e punição inconsciente. Estas atitudes estão associadas a um estilo de educação autoritário e originam agressividade, mau desempenho escolar, baixa autoestima, comportamento antissocial e isolamento nas crianças/jovens (Gomide, 2009).

Traduzindo para português, deparamo-nos com uma palavra que não existe no vocabulário português (“autoritativo”), por isso optei por deixar em inglês.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

O autor Hoffman (1975), menciona as práticas indutivas e coercivas. As práticas indutivas, caracterizam-se por fazer ver à criança as consequências do seu comportamento, de modo que a esta compreenda as implicações das suas ações e os motivos que justificam a sua mudança. Este tipo de estratégia pode ser utilizado através de a) explicações sobre o seu comportamento e as suas consequências, b) o respeito pelas regras, valores e princípios, c) apelos ao orgulho da criança e, d) possíveis implicações que as suas ações podem causar nos outros. Já as práticas coercivas salientam o uso de força física, a privação de privilégios e afetos ou a utilização de ameaças. Estas estratégias farão com que a criança adquira medo, raiva e ansiedade, o que diminuirá a sua capacidade para entender as possíveis consequências do seu comportamento, um possível agravamento da sua conduta e manifestação de comportamentos agressivos e delinquentes, hiperatividade e desobediência (Catania, 2001; Achenbach, 2001). Apesar de se verificar que as práticas coercivas são mais negativas que as práticas indutivas e que apenas têm o objetivo de alterar o comportamento do jovem no exato momento da sua ocorrência, é evidenciado que a utilização desta estratégia não é de todo desfavorável quando usado ocasionalmente. (Sidman, 2001; Skinner, 2001; Newcombe, 2001).

As práticas mencionadas anteriormente podem ser utilizadas na ausência de uma transgressão, enquanto as estratégias disciplinares são usadas quando uma criança ou jovem pratica um delito ou uma infração. Têm como objetivo estimular o desempenho de comportamentos, ações e atitudes aceites socialmente e ambas devem ir modificando-se conforme o crescimento e desenvolvimento da criança/jovem (Brody, 1982).

2.3. Relação entre o absentismo escolar e as práticas educativas parentais

O absentismo escolar está diretamente relacionado com as práticas educativas e neste caso, com o reforço negativo que os progenitores implementam na educação. Este reforço caracteriza-se pela monitorização escassa, a consolidação de comportamentos desadequados, a utilização de punições severas e a falta de carinho, amor, afeto, preocupação, comunicação, empatia e regras, o que contribui para o desenvolvimento de uma baixa autoestima, reduzindo o desempenho escolar e promovendo a manifestação de comportamentos antissociais nas crianças/jovens (Castanheira, 2001; Sidman, 2001). A implementação de castigos inadequados com o objetivo de humilhar, castigar ou

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

desvalorizar a criança contribuem também para a adoção de sentimentos como raiva, ansiedade, medo e depressão (Severe, 2005).

Aqueles pais que utilizam regras e limites rígidos (estilo autoritário) ou negligenciam/rejeitam as crianças (estilo não-envolvido), contribuem para o aumento dos comportamentos problemáticos dos filhos, o que conseqüentemente tem um impacto negativo no seu desempenho escolar (Epstein, 1990; Dodge, Pettit e Bates, 1994). O escasso ou nulo investimento dos progenitores na formação escolar dos filhos, pode contribuir para o fracasso e conseqüente absentismo/abandono escolar. Todavia, aqueles que apesar de implementarem regras e limites, preocupam-se com o bem-estar dos filhos (estilo permissivo), contribuem para a aquisição de comportamentos adequados e um melhor desempenho acadêmico (Chen, Dong e Zhou, 1997; Roychaudhuri e Basu, 1998; Lamborn *et alii*, 1991).

Num estudo realizado por Sapienza, Aznar-Farias e Silveira (2009), os resultados demonstraram que os pais que utilizam práticas educativas caracterizadas por uma boa monitorização, atenção, afeto e pouco abuso físico (práticas indutivas), contribuíram para o elevado rendimento acadêmico dos filhos. Estes jovens apresentam uma maior facilidade em estabelecer relações sociais, participam mais em atividades escolares e apresentam uma elevada autoestima, contrariamente aos jovens em que os pais exercem abuso físico, implementam regras e castigos rígidos e demonstram pouca atenção e afeto (práticas coercivas). Estes jovens iram criar sentimentos de infelicidade, depressão, inflexibilidade emocional e intelectual, autodestruição e destruição dos outros, ódio e doenças, aumentando a probabilidade de apresentarem um baixo rendimento acadêmico (Sidman, 2001).

Existem fatores que podem influenciar as práticas educativas como, a percepção que os progenitores têm sobre o ambiente escolar e o stress sentido pelos mesmos. Se essa percepção for negativa devido à experiência que um dos progenitores ou ambos vivenciaram na escola, dificulta a compreensão e cooperação necessária para o sucesso escolar dos filhos (Blaya, 2010). Já o stress parental, interfere nas práticas educativas e na regulação dos comportamentos e emoções das crianças, reprimindo a capacidade dos progenitores para educar (Masten e Coatsworth, 1998). Muitas crianças/jovens vê os pais como um modelo a seguir, logo as atitudes e respostas negativas utilizadas por estes, apesar de por vezes inconscientes, podem influenciar negativamente o ambiente vivido

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

entre ambos e desempenhar um efeito nocivo no comportamento dos filhos (Anthony *et alii*, 2005).

Em suma, é importante que independentemente dos estilos e práticas educativas utilizadas, seja implementado um reforço positivo, ou seja, incentivar e fortalecer as ações e comportamentos corretos dos filhos. É a partir da atenção, amor e conforto dado pelos pais que as crianças se sentiram seguras e acarinhadas, tendo maior facilidade para aceitar e compreender as regras, limites e punições impostas (Severe, 2005; Sidman, 2001; Weber, 2005). As interações verbais e a implementação de regras justas e racionais ajudam também no desenvolvimento e crescimento das crianças/jovens, que mais facilmente compreenderam quando certos comportamentos devem ser exteriorizados ou não ou o porquê de estar a ser castigada quando não faz algo correto (Severe, 2005).

Parte II- Enquadramento Empírico

1.1. Metodologia

A problemática centrada neste estudo como já referido ao longo do trabalho, é o absentismo escolar. A escolha desta temática ficou a dever-se à realização do estágio no ISS, I.P., da Maia, mais concretamente no Núcleo de Infância e Juventude, no qual muito dos processos recebidos são sobre crianças/jovens que se encontram nesta situação.

É de grande importância perceber o que conduz uma criança/jovem a seguir este caminho e, perceber quais os fatores que estão subjacentes ao mesmo. Neste seguimento, é essencial criar mecanismos e estratégias que diminuam este fenómeno em crianças/jovens com idades compreendidas entre os 6 e 18 anos de idade, por se encontrem em escolaridade obrigatória. Apesar da escolaridade obrigatória compreender as idades acima mencionadas, nesta intervenção serão apenas abrangidas crianças/jovens com idades compreendidas entre os 10 e 18 anos, por terem uma maior capacidade de compreensão e perceção sobre o assunto em questão.

Na minha perspetiva, a intervenção necessária para diminuir este problema, deveria passar primeiramente pela realização de 2 questionários. O primeiro realizado aos progenitores, de modo a perceber quais as atitudes e ações que influenciam os menores a se desinteressarem da escola, originando o absentismo e, o segundo realizado às crianças/jovens, com o intuito de perceber qual a perceção dos mesmos relativamente às atitudes e ações dos encarregados de educação ou representantes legais e de que forma isso afeta as suas condutas na escola.

Após a aquisição dos resultados referentes a ambos os questionários, a melhor forma de combater o absentismo e melhorar a participação e o interesse das crianças/jovens, seria a realização de uma formação sobre métodos de trabalho/estudo, como forma de auxiliar os encarregados de educação ou representantes legais a apoiar e ajudar os menores e incentivá-los à aprendizagem e ao estudo. Esta formação seria realizada por um professor, que para além de conhecer os alunos em questão, têm capacidades para transmitir aos intervenientes no estudo, os conhecimentos adquiridos ao longo do seu trabalho e dar os melhores exemplos de como combater este fenómeno. A realização dos questionários no serviço local da Maia, facilitará a organização das formações, pois apenas serão contactadas as escolas deste concelho.

1.2. Objetivos e questões centrais

É relevante compreender e descrever quais os objetivos gerais e específicos associados a este problema. O objetivo geral, compreende de que forma as práticas educativas utilizadas pelos encarregados de educação ou representantes legais, prejudicam a participação e desempenho dos menores no contexto escolar. Já os objetivos específicos, dizem respeito a) à perceção que as crianças/jovens têm das práticas educativas e, b) que atitudes dos encarregados de educação ou representantes legais têm um maior ou menor impacto nas ações dos menores.

Como sabemos, o absentismo escolar é uma temática ainda presente nos dias que correm, apesar de se ter vindo a verificar uma diminuição ao longo dos anos. Por ser um fenómeno muito complexo, é difícil compreender todos os fatores que estão subjacentes ao mesmo, todavia é na vertente familiar que iremos focar o nosso estudo. A família é um elemento de extrema importância na vida das crianças/jovens e um elo de ligação entre os encarregados de educação ou representantes legais, a escola e os menores. Esta estreita relação possibilita uma participação mais ativa na vida escolar dos menores, contribuindo para um maior controlo relativamente às faltas, aos comportamentos desadequados, falta de atenção e desinteresse quanto às aulas e aos conteúdos abordados (González, 2005).

As práticas educativas empregadas pelos encarregados de educação ou representantes legais, influenciam significativamente a forma como as crianças/jovens reagem à escola e à educação. Ao implementarem estilos denominados autoritários e/ou não envolvidos, caracterizados pelo elevado controlo, negligência ou rejeição, os menores acabam por criar baixas expectativas relativamente aos encarregados de educação ou representantes legais, de que os mesmos não se importam com eles. Estas atitudes conduzem os menores a adquirem atitudes incorretas no contexto escolar, que contribui para a degradação do seu futuro académico. Por outro lado, os estilos designados permissivos e/ou *authoritative*, em que os encarregados de educação ou representantes legais apesar de exercerem controlo sobre os filhos, continuam atentos e preocupados com as suas atitudes e desejos, diminuindo a probabilidade das crianças/jovens manifestarem condutas impróprias para o seu desenvolvimento (Baumrind, 1971).

Nesta lógica, é relevante para o estudo em questão, ter em atenção às práticas educativas utilizadas pelos encarregados de educação ou representantes legais e de que forma as mesmas acarretam problemas no contexto escolar dos menores.

1.3. Caracterização dos participantes

Os participantes serão divididos em 2 grupos. O grupo 1, será constituído por menores que estejam a ser acompanhados pelo tribunal por apresentarem absentismo escolar. Por sua vez, o grupo 2, será constituído pelos encarregados de educação dos respetivos menores, (pai e mãe) e/ou os representantes legais. Caso algum dos progenitores não concordar em participar na intervenção, avaliaremos apenas um deles.

A amostra é constituída por 10 crianças/jovens e respetivos encarregados de educação ou representantes legais.

1.4. Procedimentos

Em primeiro lugar, para a realização da intervenção, deverá ser solicitado ao ISS, I.P, mais concretamente ao Presidente do Conselho Diretivo do Centro Distrital do Porto, uma autorização com o intuito de obter permissão para a realização da mesma (anexo I). No mesmo seguimento e após o consentimento da direção, é de igual importância solicitar uma autorização ao serviço da Maia, local onde será realizada a intervenção, com o intuito de poder aceder aos processos de promoção e proteção existentes (anexo II). Posteriormente, e por que a intervenção será realizada a partir de processos confidenciais que envolvem menores e respetivos encarregados de educação ou representantes legais, deve ser requerido um formulário de consentimento aos mesmos, de modo a adquirir o seu consentimento para a participação na intervenção (anexo III).

Após a obtenção dos consentimentos, é relevante criar um plano de calendarização (anexo IV), de modo a auxiliar a organização das etapas a serem realizadas ao longo de todo o processo. Este plano servirá para determinar a disponibilidade dos participantes em comparecer ao local e preencher os respetivos questionários. Será entregue aos encarregados de educação ou representantes legais uma ficha de dados (anexo V), de modo a organizar toda a informação.

Após a análise dos resultados, será necessário abordar a direção de cada estabelecimento escolar em que os menores estão matriculados, de modo a obter uma autorização para a realização da formação (anexo VI).

1.5. Instrumentos

Os questionários (anexo VII e VIII) serão os instrumentos mais acessíveis para este estudo, pois permitem-nos com maior facilidade chegar à verdade. Trata-se de uma

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

pesquisa quantitativa onde deve constar a) as questões que nos permitem alcançar a verdade sobre o público-alvo; b) apresentar um modelo conceitual sobre o tema em questão; c) estruturar as questões tendo em consideração os objetivos do estudo e o perfil do público-alvo; d) determinar os tipos de questões (fechadas ou abertas) e, e) todas as questões devem seguir um princípio lógico (Braga e Martins, 2015). Para a elaboração dos questionários, fundamentei-me no Inventário de Estilos Parentais elaborado por Gomide (2006). Este inventário pode ser aplicado em distintos contextos e tem como objetivo avaliar as técnicas utilizadas pelos progenitores para educar os seus filhos. Gomide definiu sete práticas educativas que estão inerentes à interação existente entre os progenitores e os filhos e dividiu-as em duas categorias, 1) o desenvolvimento do comportamento pró-social e 2) o desenvolvimento do comportamento antissocial. Estão integradas na primeira categoria, a) monitorização positiva (perceção/conhecimento que os pais têm sobre as atividades que as crianças/jovens praticam) e b) o comportamento moral (transmissão de conhecimentos e valores que cada criança deve compreender e transmitir para os outros, como por exemplo, honestidade e empatia). Na segunda categoria estão abrangidas, c) a negligência (incapacidade de assumir as responsabilidades parentais, como por exemplo, não estar atento às necessidades dos menores), d) a punição inconsciente (punem os filhos dependendo do seu humor e não conforme o comportamento que a criança/jovem apresentou), e) a monitorização negativa ou supervisão estressante (controlo excessivo exercido sobre a vida das crianças/jovens), f) a disciplina relaxada (estabelecimento de regras, mas aquando do seu incumprimento, os progenitores não conseguem impor a sua autoridade) e g) o abuso físico (utilização/manifestação de comportamentos desadequados, como por exemplo, agressão física). Neste sentido, os questionários foram desenvolvidos consoante estas práticas educativas, com o intuito de compreender os comportamentos que ambos os grupos apresentam e que conduzem ao absentismo escolar.

Estes podem ser realizados às segundas ou quartas entre as 10h-12h e as 13h-17h, durante o mês de setembro no serviço local da Maia, com duração de 30 min. A realização dos mesmos por parte dos intervenientes dependerá da sua disponibilidade, tendo que ficar assinalado no plano de calendarização.

Após a apreciação dos resultados, serão estabelecidos previamente com os estabelecimentos de ensino, os horários em que serão realizadas as formações, não

havendo ainda uma decisão. Estas formações serão realizadas 1 vez por semana, durante o mês de outubro.

Após a conclusão das formações e da avaliação de ambos os instrumentos de intervenção, os intervenientes continuaram a ser acompanhados até que a situação de cada menor seja reavaliada e possamos demonstrar que houve uma alteração referente ao absentismo.

1.6. Resultados esperados

Com esta intervenção pretende-se compreender as razões que conduzem um menor em escolaridade obrigatória a desistir dos estudos. Prevemos que com os resultados obtidos consigamos perceber quais as atitudes e comportamentos apresentados pelos encarregados de educação ou representantes legais e respetivo impacto negativo no percurso escolar dos menores.

A preferência pela aplicação de uma pesquisa quantitativa (questionários) ficou a dever-se à facilidade de resposta principalmente para os menores, pois durante o estudo poderemos encontrar uma discrepância em relação às idades dos menores (10-18 anos). Para além deste fator, os questionários são uma forma de auxiliar os encarregados de educação ou representantes legais nas suas respostas, por se tratar de um tema que pode suscitar receio, incerteza e preocupação em debater. A dificuldade em abordar esta problemática pode também estar associada à relação que o responsável pelo estudo tem com os tribunais e a segurança social, o que poderá conduzir a alguma apreensão inicial por parte do grupo 2 em responder às questões.

Em relação aos resultados finais referentes aos questionários, pretende-se compreender na perspetiva de ambos os grupos de entrevistados, quais comportamentos ou ações são empregadas e qual a frequência dos mesmos. No entanto, poderá ocorrer situações em que as respostas facultadas pelo grupo 1 sejam diferentes do grupo 2, devido à diferença de idades e à distinta compreensão e perceção que ambos os grupos têm sobre o mesmo assunto.

A importância de realizar as formações sobre métodos de trabalho/estudo advém da necessidade de alterar os comportamentos apresentados pelos encarregados de educação ou representantes legais e fazê-los compreender a necessidade de auxiliarem os menores no estudo, aumentando a produtividade e motivação dos mesmos.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Em síntese, com a implementação deste estudo pretende-se que os objetivos anteriormente mencionados sejam alcançados, de modo a que esta intervenção possa servir de referência para estudos futuros.

Conclusão

Como abordado ao longo de todo o projeto, o absentismo escolar continua presente nos dias que correm, ainda que demonstre menores taxas comparativamente a anos anteriores. Contudo, é um fenómeno que ainda necessita do nosso foco, não só na tentativa de o combater, mas com o objetivo de compreender os seus fatores e as suas causas e que tipo de comportamentos e atitudes são transmitidos pelos encarregados de educação ou representantes legais, que de alguma forma influenciam o modo como as crianças/jovens encaram o ensino e a educação.

De modo a perceber como se manifesta este comportamento, é importante abordar todas as pessoas que estão direta ou indiretamente relacionadas com os menores. Neste sentido, quando um processo já em acompanhamento é admitido em tribunal, não são apenas os técnicos que acompanham o caso que se devem preocupar em compreender e encontrar soluções para esse problema. Os encarregados de educação ou representantes legais devem primeiramente estar dispostos a solucionar, neste caso, o absentismo escolar do menor e trabalhar conjuntamente com os técnicos e com a escola, com o intuito de diminuir e cessar este dilema.

Este projeto tem como objetivo estabelecer uma ligação entre o absentismo escolar e as práticas educativas dos menores e com o auxílio do enquadramento empírico e dos questionários, compreender a partir das respostas adquiridas formas de solucionar o problema, apoiando os adultos a modificar determinados comportamentos, mas também entender a posição das crianças/jovens.

Em suma, os questionários serão uma mais valia para posteriores intervenções, pois poderão ser empregues em estudos relacionados com o contexto escolar e todos os comportamentos e atitudes inerentes ao mesmo, não se restringindo apenas ao absentismo escolar.

Bibliografia

Achenbach, T. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. In: Achenbach, T. *Manual for the child behavior checklist 4-18 and 1991 profile*. Department of Psychiatry. University of Vermont, EUA.

Alvarenga, P. e Piccinini, C. (2001). Práticas Educativas e Problemas de comportamento em pré-escolares, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14 (3), pp. 449-460.

Anthony, L *et alii*. (2005). The relationships between parenting stress, parenting, parenting behavior and preschoolers' social competence and behavior problems in the classroom. *Infant and Child Development*, v. 14, pp. 133-154.

Anthony, L *et alli*. (2005). The relationships between parentig stress, parentig behavior and preschoolers' social competence and behavior problems in the classroom. *Infant and Child Development*. v.14, pp.133-154.

Arribas, R. (2007). Del absentismo al ausentismo social. *Conferência de Sociologia da Educação*. pp. 43-44.

Associação Promotora da Educação Social. [Em linha]. Disponível em « <http://associacaopromotoradaeducacaosocial.blogspot.com/2012/08/reflexao-sobre-o-papel-das-entidades.html>». (Consultado em 11/03/2020).

Balfanz, R. e Brynes, V. (2012). The importance of being in school: A report on absenteeism in the Nation's Public Schools, *Everyone Graduates Center*, pp. 2-44.

Bandura, A. e Walters, R. (2005). Estratégias educativas desejáveis e indesejáveis: uma comparação entre a percepção de pais e mães adolescentes. In: Bandura, A. e Walters, R. *Adolescent aggression*. New York: The Ronald Press Company.

Bastos, A. (1991). Idéias sobre a criação dos filhos: uma invenção cultural. *Psico*, v. 22, pp. 63-87.

Baumrind, D (2005). Effects of authoritative parental control on child behavior, *Child Development*, v. 34 (4), pp. 887-907.

Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority, *Development Psychology Monographs*, v. 4 (1), p. 2.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Benavente, A. (1990). Insucesso escolar no contexto português- abordagens, concepções e políticas, *Análise Social*, V.XXV, 4º e 5º, pp. 715-733.

Blaya, C. (2010). School Dropouts: Guilty Parents, Dropout Parents?, *Caisse nationale d'allocations familiales*, nº 161, pp. 46-54.

Bolsini-Silva, A. e Loureiro, S. (2011). Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento, *Paidéia*, v. 21 (48), pp. 61-71.

Braga, M. e Martins, S. (2015). Metodologia das Ciências Sociais. *Ciências Sociais*, v. 5, pp. 1-80.

Brody, G. (1982). Contributions of parents and peers to children moral socialization, *Development Review*, v. 2 (1), pp. 31-75.

Castanheira, S. (2001). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. In: Guilhaardi, H. *Sobre o Comportamento e Cognição*. Santos André, SP: ESETec Editores Associados, pp. 36-46.

Catania, A. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. In: Catania, A. *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Cerqueira- Silva, S., Oliveira, N. e Dessen, M. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. In: Dessen, M. *Desenvolvimento familiar no curso de vida*. Manuscrito em preparação.

Chen, X., Dong, Qi. e Zhou, H. (1997). Authoritative and authoritarian parenting practices and social and school performance in Chinese children. *International Journal of Behavioral Development*, v. 21 (4), pp. 855-873.

Darling, N. e Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrating model. *Boletim Psicológico*, v. 113 (3), pp. 487-496.

Dessen, M. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: Desafios conceituais e teóricos, *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, pp. 202-219.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Dessen, M. e Torres, C. (2002). Family and socialization factor in Brazil: An Overview, [Versão Eletrônica]. *International Association for Cross-Cultural Psychology*, v. 6(3), pp. 1-15

Direção-Geral da Educação. [Em linha]. Disponível em «<https://www.dge.mec.pt/programa-nacional-de-promocao-do-sucesso-escolar>». (Consultado em 10/03/2020).

Dodge, K., Pettit, G. e Bates, J. (1994). Mediadores da socialização da relação entre status socioeconómico e problemas de conduta infantil. *Desenvolvimento infantil*, pp. 649-665.

Epstein, J. (1990). School and family connections: Theory, research, and implications for integrating sociologies of education and family, *Marriage & Family Review*, v. 15 (1-2), pp. 99-126.

Eurostat. [Em linha]. Disponível em «https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Europe_2020_indicators_-_education#General_overview». (Consultado em 23/03/2020).

Ferreira, M. e Marturano, E. (2002). Ambiente familiar e os problemas do Comportamentos apresentados por crianças com baixo desempenho escolar, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15 (1), pp. 35-44.

Galano, M. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. In: Cervený, C e Berthoud, C. *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 115-148.

Garrido, R., Garcia, M. e Leal, P. (2013). Propuestas de mejora de trabajo en casos de absentismo escolar en educación primaria. *Revista electrónica de investigación Docencia Creativa*, nº 2, pp. 194-199.

Gomide, P. (2009). Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento académico. In: Marinho, M. e Caballo, V. *Psicologia clínica e da saúde*. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina, pp. 33-53.

Gomide, P. (2011). Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento. In: Gomide, P. *Inventário de*

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Estilos Parentais. Modelo teórico: Manual de aplicação, apuração e interpretação. Petrópolis, RJ: Vozes.

González, P. (2005). Programa de Prevencion y Control del Absentismo Escolar en el Ayuntamiento de Madrid. *Indivisa Boletín de estudios e investigación*, nº 6, pp. 241-249.

González, T. (2005). El absentismo y el abandono: una forma de exclusión escolar, *Revista de currículum y formación del profesorado*, nº 9 (1), pp. 1-12.

González, T. (2006). Absentismo y abandono escolar: una situación singular de la exclusión educativa. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, nº 4 (1), pp. 1-15.

Gracia, M. L'. Absentisme Escolar em zones socialmente desfavorides. El cas de la ciutat de Barcelona. Universitat Autònoma de Barcelona: 2001. Tese de Doutoramento.

Grusec, J. e Lytton, H. (2001). Práticas Educativas e Problemas de comportamento em pré-escolares. In: Grusec, J. e Lytton, H. *Social Development: History, Theory and Research*. New York: Springer-Verlag.

Hastings, P., Utendale, W. e Sullivan, C. (2007). The socialization of prosocial development. In: Grusec, J. e Hastings, P. *Handbook of socialization: Theory and Research*. Guilford Publications.

Hoffman, M. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction, *Development Psychology*, v. 11 (2), pp. 228-239.

Hoffman, M. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, v. 30 (1), pp. 26-28.

Holstein, C. (2018). Moral Socialization: The role of parents. In: Smart, R.e Smart, M. *Readings in child development and relationships*. New York: Macmillan, pp. 484-494.

Lacoux, J. (2009). Absentéisme et décrochage scolaires. *L'école et la ville*, nº 3, pp. 1-12.

Lamborn, S. *et alii*. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, v. 62 (5), pp. 1049-1065.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Leça A. *et alli*. (2011). Maus tratos em crianças e jovens. Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. *Direção-Geral da Saúde*, pp. 1-58.

Lisboa, A. (2010). Trajetória escolar dos jovens internados em centros educativos. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, nº 3, pp. 147-157.

Maccoby, E. e Martin, J. (2003). Estilos parentais na percepção dos adolescentes de comunidades ítalo e teuto-gaúchas. *In: Mussen, P. e Hetherington, E. Handbook of child psychology: Socialization, personality and social development*. New York: Wiley, pp. 1-101.

Masten, A. e Coatsworth, J. (1998). O desenvolvimento da competência em ambientes favoráveis e desfavoráveis: Lições de pesquisas sobre crianças bem-sucedidas. *Psicólogo Americano*, v. 53, pp. 313-323.

Minuchin, P. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *In: Hinde, R e Stevenson-Hinde, J. Relationships within families: Mutual influences*. Oxford-Uk: Clarendon Press, pp. 7-26.

Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação Social*, v. 26 (91), pp. 485-507.

Monteiro, D. Absentismo Escolar: a escola, a família e o futuro: Porto, 2014. Projeto de Graduação.

Mussen, P. *et alii*. (2001). Práticas Educativas e Problemas de comportamento em pré-escolares. *In: Mussen, P. Child Development & Personality*. New York: Harper & Row.

Nações Unidas [Em linha]. Disponível em «<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>». (Consultado em 08/03/2020).

Newcombe, N. (2001). Práticas Educativas e Problemas de comportamento em pré-escolares. *In: Newcombe, N. Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Ocak, G., Baysal, E. e Ocak, I. (2017). The causes of absenteeism of high school students. *European Journal of Education Studies*, nº 3 (4), pp. 331-346.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Pacheco, J *et alii*. (2005). Estratégias educativas desejáveis e indesejáveis: uma comparação entre a perceção de pais e mães adolescentes, *Aletheia*, nº 21, pp. 31-42.

Pereira, P. (2003). A nova família, *Revista Época*, nº 293.

Pérez, J., Jiménez, J. e Aguirre, M. (2013), El absentismo en la escolaridad obligatoria en Castilla-La Mancha, *Praxis Sociológica*, nº 17, pp. 267-281.

Petrucelli, J. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. In: Kaloustian, S. *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, pp. 159-171.

Piccinini, C. *et alii*. (2007). Práticas educativas de pais e mães de crianças aos 18 meses de idade, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23 (4), pp. 369-378.

PORTADA. [Em linha]. Disponível em «<https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%a7%a3o+e+forma%a7%a3o+total+e+por+sexo-1350>». (Consultado em 23/03/2020).

Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (2019). Relatório 2016-2018. [Em linha]. Disponível em «<https://app.box.com/s/hwdesk5wtfersz3hmspd8kncn1u2tmzm>» (Consultado em 10/03/2020).

Racionero, S. e Padrós, M. (2010). The Dialogic Turn in Educational Psychology. *Revista de Psicodidáctica*, nº 15 (2), pp. 143-162.

Rey, E. Análises del absentismo escolar. Etiología y manifestaciones. Comparación de dos centros educativos en la ciudad de Cádiz: Cádiz, 2012. Tese de Doutoramento.

Ribeiro *et alii* (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. In: Kaloustian, S. *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, pp. 135-158.

Rios-González, J. (2005). Estratégias educativas desejáveis e indesejáveis: uma comparação entre a perceção de pais e mães adolescentes. In: Rios-González, J. *Manual de orientación y terapia familiar*. Madrid: Centro de Ciencias del hombre.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Rodrigo, M., Jansses, J. e Ceballos, E. (1999). Do Children's perceptions and attributions mediate the effects of mothers' child-rearing actions?, *Journal of Family Psychology*, v. 13 (4), pp. 508-522.

Roychaudhury, P. e Basu, J. (1998). Parent-Child relationships, school achievement and adjustment of adolescent boys. *Journal of Personality and Clinical Studies*, v. 14 (1/2), pp. 53-58.

Rué, J. (2003). El absentismo escolar. *Cuadernos de Pedagogía*, nº 327, pp. 50-54.

Saéz, L. (2005). La educación social: intervención socioeducativa en la problemática del absentismo escolar. *Indivisa Boletín de estudios e investigación*. nº 6, pp. 229-240

Salvador, A. e Weber, L. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, v. 9 (2), pp. 341-353.

Sapienza, G., Aznar-Faria, M. e Silveiras, E. (2009). Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico, *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 22 (2), pp. 208-213.

Severe, S. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. In: Severe, S. *A educação pelo bom exemplo*. Rio de Janeiro: Campinas.

Sidman, M. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. In: Sidman, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editorial Psy II.

Sidman, M. (2001). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. In: Sidman, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editora Livro Pleno.

Simionato-Tozo, S. e Biasoli-Alves, Z. (1998). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações, *Paidéia*, v. 8, nº 14-15, pp. 137-140.

Skinner, B. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. In: *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Tatsch, D., Teixeira, M. e Gomes, W. (2003). Estilos parentais na percepção dos adolescentes de comunidades ítalo e teuto-gaúchas, *Mudanças*, v. 34, pp. 389-406.

Verma, S. e Suni, S. (2018). Moral Socialization: The role of parents, *International Journal of Social Sciences*, v. 6 (1), pp. 165-170.

Villodres, L. (2010). El absentismo escolar en Educación Primaria. *Revista Digital para profesionales de la enseñanza*, nº 9, pp. 1-12.

Wagner, A *et alii*. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, nº 2, pp. 181-186.

Weber, L. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. In: Weber, L. *Eduque com carinho*. Curitiba: Juruá.

Zamberlan, M. e Biasoli-Alves, Z. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. In: Zamberlan, M. e Biasoli-Alves, Z. *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina, Eduel.

Legislação

Decreto de Aprovação da Constituição da República Portuguesa. Diário da República nº86/1976 – Série I. Assembleia Constituinte.

Decreto de Lei nº 147/99 de 1 de setembro. Com as alterações importadas pela Lei nº 31/2003 de 22 de agosto. Diário da República nº204/1999- Série I-A. Assembleia da República. Lisboa.

Decreto de Lei nº 46/86 de 14 de outubro. Diário da República nº 237/1986 - Série I. Assembleia da República. Lisboa.

Decreto de Lei nº 85/2009 de 27 de agosto. Diário da República nº 166/2009 – Série I. Assembleia da República. Lisboa.

Decreto-Lei nº 332-B/2000 de 30 de dezembro. Diário da República nº 300/2000 - Série I-A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.

ANEXOS

**Anexo I- Requerimento ao Presidente do
Conselho Diretivo do ISS, I.P (Centro Distrital do
Porto).**

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretivo do ISS, I.P (Centro Distrital do Porto)

Eu, Micaela Dias Jardim, aluna do 3º ano da licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a, autorização para a realização de um estudo denominado o “o absentismo escolar e as práticas educativas”, que contará com a participação de menores com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos e respetivos encarregados de educação ou representantes legais.

Pretende-se aceder aos processos de promoção e proteção e obter os dados dos menores sinalizados e respetivos encarregados de educação ou representantes legais e recolher informações sobre as práticas educativas utilizadas pelos mesmos e de que forma essas práticas prejudicam o desempenho escolar dos menores. Será previamente apresentado aos encarregados de educação ou representantes legais, um formulário de consentimento para que possam aprovar a sua participação e a dos menores no presente estudo.

Pede deferimento,

Micaela Dias Jardim

Prof. Ana Sacau

Porto, ____ de _____ de _____.

Anexo II- Requerimento ao Serviço local da Maia

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Exmo. Sr.^a. Diretora do serviço local da Maia

Eu, Micaela Dias Jardim, aluna do 3º ano da licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a, autorização para a realização de um estudo no serviço local da Maia. Este estudo denomina-se “o absentismo escolar e as práticas educativas”, e contará com a participação de menores com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos e respetivos encarregados de educação ou representantes legais.

Pretende-se aceder aos processos de promoção e proteção e obter os dados dos menores sinalizados e respetivos encarregados de educação. Para a realização deste estudo, serão entregues a cada grupo um questionário que será realizado neste mesmo serviço. Será previamente apresentado aos encarregados de educação ou representantes legais, um formulário de consentimento para que possam aprovar a sua participação e a dos menores no presente estudo.

Pede deferimento,

Micaela Dias Jardim

Prof. Ana Sacau

Porto, ____ de _____ de _____.

**Anexo III- Formulário de Consentimento
Informado**

Formulário de Consentimento Informado

O presente estudo de investigação científica denominado “o absentismo escolar e as práticas educativas” é coordenado por Micaela Dias Jardim, no âmbito do Projeto de Graduação da Licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa.

Leia por favor a informação a seguir estipulada, antes de rubricar no final da folha.

Este estudo tem como finalidade compreender de que forma as práticas educativas utilizadas pelos encarregados de educação ou representantes legais, influenciam a participação e desempenho dos menores no contexto escolar.

Para a realização do mesmo, tenciona-se aplicar um questionário com duração máxima de 30 min. Os dados recolhidos servirão apenas como material informativo sem referência às respostas de qualquer interveniente em específico, tal como será garantido o anonimato dos participantes. Qualquer informação obtida no âmbito do presente estudo que o possa identificar ou ao seu educando, será confidencial e não será divulgada sem a sua permissão prévia.

A participação neste estudo é voluntária, sendo que os participantes são livres de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem que advenham consequências pessoais de tal decisão.

Declaro que li os propósitos deste estudo, tendo sido explicitado o direito de não participação ou de desistência, bem como concedidas as garantias de anonimato e confidencialidade. Declaro ainda que, autorizo a minha participação e a do meu educando/os no presente estudo.

Em anexo estarão apensados o plano de calendarizações e a ficha de dados, na qual pretende-se que preencha e assine qual a sua disponibilidade e a do seu educando (mesmo dia), para o preenchimento dos questionários e a ficha com os dados necessários para a realização da intervenção.

Encarregado de Educação: _____

Micaela Dias Jardim: _____

Porto, ____ de _____ de _____.

Anexo IV - Plano de calendarização

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Plano de calendarização		
Mês: outubro		
Data	Horas 10-12h e 13h-17h	Assinatura
05/10/2020		
07/10/2020		
12/10/2020		
14/10/2020		
19/10/2020		
21/10/2020		
26/10/2020		
28/10/2020		

Anexo V- Ficha de dados

Ficha de dados

Nº do processo (a preencher pelo responsável da intervenção):

Código:

Menor:

- Idade: _____
- Estabelecimento de ensino: _____
- Ano de escolaridade: _____
- Curso (se se aplicar): _____
- Número de faltas:
 - Superior a 30
 - Superior a 60
 - Superior a 100
 - Superior a 150
- Retenções escolares: _____

Encarregado de educação ou representante legal:

- Idade: _____
- Grau de parentesco:
 - Pai
 - Mãe
 - Representante legal
- Habilitações literárias: _____
- Profissão: _____
- Estado civil:
 - Solteiro
 - Casado ou a viver em união de facto
 - Divorciado ou separado
 - Viúvo

Anexo VI- Requerimento ao Estabelecimento de Ensino

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Exmo. Diretor do estabelecimento de ensino

Eu, Micaela Dias Jardim, aluna do 3º ano da licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a, autorização para a realização de uma formação sobre métodos de trabalho/estudo, como forma de auxiliar os encarregados de educação ou representantes legais a apoiar e ajudar os menores e incentivá-los à aprendizagem e ao estudo.

Este estudo denomina-se “o absentismo escolar e as práticas educativas” e teve como finalidade compreender de que forma as práticas educativas utilizadas pelos progenitores ou representantes legais, prejudicam a participação e desempenho das crianças/jovens no contexto escolar. Contou com a participação de menores com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos que tivessem processos a decorrer no tribunal decorrente de absentismo escolar e respetivos encarregados de educação ou representantes legais.

Após a aquisição dos dados obtidos por meio de questionário a ambos os intervenientes, pretende-se a autorização para a realização desta formação que deverá ser realizada por um professor do estabelecimento de ensino em questão. Este deverá apresentar métodos de estudo que ajudem os estudantes a melhorar o desempenho e demonstrar aos encarregados de educação ou representantes legais, diferentes formas de estarem presentes na vida escolar dos menores e auxiliá-los na execução de tarefas e na aprendizagem de conteúdos.

Pede deferimento,

Micaela Dias Jardim

Prof. Ana Sacau

Porto, ____ de _____ de _____.

**Anexo VII- Questionário dirigido aos
encarregados de educação ou representantes
legais**

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito do Projeto de Graduação para a obtenção do grau de licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa. Os resultados obtidos serão apenas utilizados para fins académicos.

Solicitamos que responda de forma sincera a todas as questões e relembramos que o questionário é anónimo.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: _____

Parentesco: Mãe

Pai

Representante legal

Solicitamos que indique em que medida as afirmações seguintes ocorrem no seu **ambiente familiar**.

1	2	3	4	5
Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente

	1	2	3	4	5
1. Considera que proporciona um ambiente acolhedor e estável para o desenvolvimento do menor?					
2. Considera que estabelece uma comunicação estável e necessária com o menor?					
3. Considera que transmite atenção e carinho necessário para o desenvolvimento afetivo do menor?					
4. Considera que aceita e satisfaz os desejos ou pedidos do menor?					

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

5. Considera que reduz a liberdade necessária que o menor deveria ter para interagir e exprimir os seus sentimentos e opiniões?					
6. Considera que implementa regras muito rígidas no dia a dia do menor?					
7. Considera que implementa demasiado controlo sobre o menor?					
8. Considera que os castigos que implementa, por vezes não são adequados para o comportamento que o menor teve?					
9. Considera que manifesta comportamentos desadequados em determinadas ocasiões? (exemplo: punição ou agressão física)					
10. Considera que dá a liberdade necessária para a convivência do menor com a família e com terceiros?					

Solicitamos que indique em que medida as afirmações seguintes ocorrem no seu **ambiente escolar**.

1	2	3	4	5
Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente

	1	2	3	4	5
1. Considera que o ensino é vantajoso para o crescimento escolar do menor?					
2. Considera que têm uma boa comunicação com os docentes do estabelecimento de ensino do menor?					
3. Considera que demonstra interesse pelo percurso escolar do menor?					
4. Considera que demonstra interesse em que o menor conclua os estudos?					

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

5. Considera que demonstra interesse em que o menor continue os estudos após a escolaridade obrigatória?					
6. Considera que compreende as dificuldades escolares do menor e está disposto a ajudá-lo nesse sentido?					
7. Considera que está sempre disponível para esclarecer qualquer questão que o menor tenha?					
8. Considera que se irrita facilmente quando tenta ajudar o menor, quando o mesmo demonstra dificuldades em compreender a matéria?					
9. Considera que se preocupa e tenta perceber a razão do menor apresentar um grande número de faltas?					
10. Considera que percebe o desinteresse do menor pelo estudo e pela escola?					

Anexo VIII- Questionário dirigido aos menores

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito do Projeto de Graduação para a obtenção do grau de licenciada em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa. Os resultados obtidos serão apenas utilizados para fins académicos.

Solicitamos que responda de forma sincera a todas as questões e relembramos que o questionário é anónimo.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: _____

Nome da escola: _____

Solicitamos que indique em que medida as afirmações seguintes ocorrem no seu **ambiente familiar**.

1	2	3	4	5
Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente

	1	2	3	4	5
1. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais proporcionam um ambiente acolhedor e estável para ti?					
2. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais impõem as regras necessárias para o teu desenvolvimento e aprendizagem?					
3. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais estabelecem uma comunicação estável e necessária contigo?					
4. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais demonstram atenção e carinho?					
5. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, aceitam e satisfazem os teus desejos ou pedidos?					

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

6. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais exercem demasiado controlo sobre as tuas ações?					
7. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais deixam-te sozinho muitas vezes?					
8. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, manifestam comportamentos desadequados para controlar o teu comportamento? (exemplo: castigos exagerados ou violência física)					
9. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, são injustos quando te dão esses castigos?					
10. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, dão-te a liberdade necessária para estares/conviveres com os teus amigos?					

Solicitamos que indique em que medida as afirmações seguintes ocorrem no seu **ambiente escolar**.

1	2	3	4	5
Discordo fortemente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo fortemente

	1	2	3	4	5
1. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, consideram o ensino vantajoso para o teu crescimento?					
2. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, têm uma boa comunicação com os professores da tua escola?					
3. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, se interessam pelo teu percurso escolar?					
4. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais demonstram interesse em que concluas os estudos?					

A influência das práticas educativas parentais no absentismo escolar das crianças/jovens

5. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, demonstram interesse em que continues os estudos após a escolaridade obrigatória?					
6. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, compreendem as tuas dificuldades escolares e estão dispostos a ajudar-te nesse sentido?					
7. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, estão sempre disponíveis para esclarecer qualquer questão que tenhas?					
8. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, irritam-se facilmente quando tentam ajudar-te?					
9. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, preocupam-se e tentam perceber a razão de apresentares um grande número de faltas?					
10. Achas que os teus encarregados de educação ou representantes legais, percebem o teu desinteresse pelo estudo e pela escola?					